

Autoritarismo, violência e exílio nas ditaduras militares latino-americanas.

Maria Cláudia Moraes Leite¹

Resumo: Nos anos 1960 e 1970, a América Latina vivenciou um período de violência e autoritarismo causado pela instalação de ditaduras militares nos países que compõem o continente. Nesta época, muitas pessoas viram-se obrigadas a abandonar seu país de origem motivadas por questões políticas. Tendo em vista esse movimento de migração forçada, o presente artigo – decorrente da pesquisa de mestrado intitulada *O percurso político de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)* – objetiva apresentar o exílio como mecanismo de repressão e exclusão política utilizada pelas ditaduras latino-americanas para afastar adversários e estabilizar a nova ordem, como ocorreu no Brasil. Ao longo da pesquisa, procuramos utilizar algumas tendências teóricas que permitiram acompanhar a trajetória de um político como Brizola. O uso da biografia foi uma delas, uma vez que há autores que reavaliaram o seu uso para o estudo de sociedades passadas. Dessa forma, a ênfase na trajetória de um indivíduo faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em determinada sociedade, estabelecendo um equilíbrio entre a singularidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Pretendemos, dessa forma, apresentar alguns resultados da pesquisa em relação ao exílio de brasileiros que pediram asilo no Uruguai, caminhando entre o individual e o coletivo, visando compreender as perspectivas de quem sofreu com este mecanismo de exclusão em tempos de ditadura.

Palavras-chave: Exílio, ditadura militar, autoritarismo.

A história do passado recente dos países que compõem a América Latina está marcada por um período de autoritarismo e violência ocasionado pela ruptura da ordem institucional via golpes militares. Amparados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN)², estes Estados violaram de forma sistemática os direitos humanos, produzindo presos políticos, desaparecidos, mortos e exilados (JENSEN, 2011). Brasil, Chile, Uruguai e Argentina, permitindo – e também intensificando – a intervenção militar nos processos políticos regulares, tornaram-se exemplos do que a DSN pode fazer com um país e seu povo. Sendo assim, o presente trabalho pretende discorrer sobre o exílio imposto a indivíduos que não

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: conversecomclau@gmail.com. Este trabalho é decorrente da pesquisa de mestrado intitulada *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)* e contou com o apoio da CAPES para a realização do mestrado sanduíche em Montevideu, Uruguai.

² A permanência dos regimes militares latino-americanos no poder foi possível graças à existência de uma ideologia que perpassava as peculiaridades nacionais e mantinha a estrutura e a coerência de cada um: a Doutrina de Segurança Nacional. A DSN foi criada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e sofreu adaptações em todos os países nos quais foi utilizada, permitindo que o governo estadunidense a utilizasse como um importante meio para manter ditaduras militares na América Latina. O objetivo desta doutrina era a contenção ao “comunismo”, ou seja, qualquer ato que na prática interferisse nos direitos políticos, sociais ou econômicos dos Estados Unidos. Uma das premissas da DSN, de acordo com Padrós (2005), era o fim do pluralismo político como sendo essencial para a resolução de conflitos sociais, considerando negativa a ideia de que interesses de classe pudessem mover os setores políticos dirigentes.

puderam, ou não quiseram, viver sob um regime de exceção cuja ideologia fora a DSN, tendo como principal foco o exílio de Leonel de Moura Brizola e demais brasileiros que solicitaram asilo no Uruguai.

O exílio, termo derivado do latim – *exilium* – representa uma situação de desterro, deportação, degredo. Os países latino-americanos que foram assolados por ditaduras militares nas décadas de 1960 e 70 incorporaram-no como uma prática política importante, apesar de suas diferentes trajetórias institucionais (RONIGER, 2011). O uso do exílio como mecanismo de exclusão política na América Latina, contudo, já vinha sendo utilizado há muito tempo, desde a desintegração do império espanhol nas Américas e a subsequente disputa pelo poder entre as elites políticas dos novos países independentes. Todavia, é preciso destacar que o exílio não é somente resultado de governos autoritários, embora este seja o recorte por nós proposto. Ele é também fruto de governos democráticos instáveis, violentos ou limitados – nestes casos o exílio é “o produto direto da situação política reinante em um país que já não é expulsor institucional, mas vive uma situação que gera exílio” (SZNAJDER, 2011, p. 65-66).

O primeiro governo autoritário instalado no Cone Sul foi o brasileiro, em 1964. Com ele, veio também uma onda de repressão aos setores considerados subversivos: sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos de esquerda, a própria Frente de Mobilização Popular (FMP)³ liderada por Brizola. O novo governo teve como uma de suas bases a promulgação de inúmeros Atos Institucionais⁴: apenas oito dias após o golpe foi redigido em segredo e assinado o primeiro deles, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional e continha outras medidas de controle do Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza” (ALVES, 1984). Essa operação foi o codinome utilizado pelos militares para designar o conjunto de medidas⁵ adotadas pelo novo governo para afastar e eliminar os seus

³ Quando Brizola já havia sido eleito deputado federal pela Guanabara surgiu, em 1963, sob sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Nessa Frente reuniam-se as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, esforçando-se para que Jango assumisse os compromissos reformistas, mesmo que para isso fosse preciso existir uma política de confronto com a direita, incluindo o Partido Social Democrático – PSD (FERREIRA, Jorge. A., 2004, p. 189).

⁴ Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais e 102 Atos Complementares.

⁵ Este conjunto de medidas constituía-se em diversas estratégias. A primeira delas referia-se à mobilização das forças repressivas. Foram instalados Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal para identificar os que estavam envolvidos em atividades subversivas. A estratégia política, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. A estratégia militar refere-se ao controle dos militares, área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional. Uma série de mecanismos de controle foi criada para limitar a participação política e fazer valer os padrões hierárquicos, de modo a assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder.

opositores, num esforço destinado a ativar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais (ALVES, 1984).

Imersos então neste contexto de suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais autorizados pelo Artigo 10⁶ do AI-1, encontravam-se os políticos ligados ao governo deposto ou que eram vistos como opositores ao novo regime. Para Alves,

A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perderiam seus direitos políticos por 10 anos (ALVES, 1984, p. 55).

Dentre eles, podemos citar Amaury Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart (1963); Renato Archer, que atuou no Ministério das Relações Exteriores, mas deixou o Itamarati em junho de 1962 para concorrer às eleições legislativas – foi também um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição o regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart; Waldir Pires, Consultor-Geral da República nomeado em maio de 1963; Darcy Ribeiro, Ministério da Educação e da Cultura em 1962 e no ano seguinte, por ocasião da volta do regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Esses são apenas alguns dos nomes que, tendo em vista a dificuldade em permanecer no país, optaram pelo exílio.

Todavia, não foi a promulgação do AI-1 que deu início à saída de pessoas do Brasil. Mesmo antes da sua publicação, diversos indivíduos já haviam deixado o país para escapar dos setores repressivos ditatoriais, dentre eles o presidente deposto João Goulart, uma vez que havia a perspectiva de sua prisão desde os primeiros momentos do golpe. Por outro lado,

A estratégia psicossocial concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes. (ALVES, 1984, p. 56-71).

⁶ “Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez

Leonel Brizola, considerado pela CIA (*Central Intelligence Agency*) o membro mais perigoso do governo de Jango (AGEE, 1976), inicialmente com a ilusão de articular uma resistência, ficou aproximadamente 30 dias na clandestinidade antes de pedir asilo ao Uruguai.

Este primeiro grupo de exilados que deixou o Brasil, de acordo com a definição proposta por Denise Rollemberg, ficou conhecido como a primeira geração ou geração de 1964. Dentre os exilados, muitos já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, e muitos eram militantes mais jovens; havia políticos e intelectuais que defendiam reformas no país por meios institucionais e grupos que propunham transformações mais profundas, sem o uso da lei. Todavia, tinham em comum a experiência da conjuntura anterior ao golpe:

as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, *a reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. [...] Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente (ROLLEMBERG, 1999, p. 50).

O segundo grupo ficou conhecido como a geração de 1968 e estava identificado com militantes mais jovens, muitos oriundos do movimento estudantil, de onde saíram para integrar a luta armada. Quando partiram, a maioria não tinha ainda uma profissão definida e vivenciou o exílio em seus anos decisivos como indivíduos e profissionais. É importante fazer essa diferenciação entre as duas gerações para mostrarmos a saída de indivíduos do país em dois momentos diferentes – o que não quer dizer que não houve saída de pessoas entre essas datas, uma vez que, como aponta Rollemberg, “o exílio brasileiro jamais chegou a ser de massa, como outros na América Latina” (ROLLEMBERG, 2007, p. 1). Faz-se necessário ressaltar também que o número de exilados da primeira geração foi bem menor que o da segunda. O Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, que decretou o recesso do Congresso Nacional e conferiu plenos poderes ao regime, contribuiu para a saída de inúmeros indivíduos que não viam alternativas a não ser abandonar o país. Até este momento não havia o banimento, que se oficializou no Ato Institucional N° 13. Os Atos Institucionais, dessa forma, não são os únicos fatores que explicam o exílio; as condições impostas pelas perdas

(10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” Ato Institucional n° 1 de 9 de abril de 1964.

dos direitos políticos, as perseguições dos órgãos públicos de repressão e o fechamento do regime levaram muitos a se exilarem.

A primeira geração encontrou asilo em vários países, como o México, Chile, Bolívia, Argélia e França, porém a maioria dos exilados – como João Goulart e Leonel Brizola – foi seduzida pelo Uruguai e seu sistema político, visto como uma democracia exemplar na América Latina. Muitas das ideias defendidas pelos políticos exilados após a queda de Goulart – o discurso nacionalista, as críticas ao imperialismo estadunidense, a luta pela reforma agrária e o apoio às causas trabalhistas e à Revolução Cubana – eram também compartilhadas por alguns setores políticos e até mesmo por parte da população uruguaia. Dessa forma, os brasileiros que buscaram o exílio no Uruguai encontraram um ambiente receptivo e de apoio às suas motivações políticas (MARQUES, 2006). Mesmo assim, não deixaram de sofrer com as dificuldades impostas pelo exílio. A saída inesperada do país, por exemplo, encontrou muitos indivíduos desprevenidos, sem reservas financeiras, o que foi agravado pela perda dos seus postos de trabalho, já que muitos ocupavam cargos no governo deposto. Além disso, muitos dos perseguidos pela ditadura perderam parte dos seus bens devido às apreensões ilegais que ocorreram durante o período de repressão política.

O exílio, ainda de acordo com Denise Rollemberg (1999, p. 23-24), “tem a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo”. Para a autora,

o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado (ROLLEMBERG, 1999, p. 45).

Esse afastamento/exclusão provocava nos indivíduos a ruptura com a realidade e o desenraizamento do universo de referências que dava sentido às suas vidas.

Cada exílio, no entanto, é definido por uma conjuntura específica, por problemas próprios ao tempo e ao lugar. Mesmo assim, há elementos comuns possíveis de serem percebidos nos diversos exílios que ocorreram em diferentes momentos da história. A história do dia a dia do exilado é, portanto, “a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato” (ROLLEMBERG, 1999, p.133). Dessa

forma, não é apenas a saída do país que torna um indivíduo exilado, e sim o que o faz sentir-se exilado. Assim, a delimitação do momento em que se *chega* ao exílio não é tão evidente. A percepção de estar vivendo o exílio varia de acordo com as trajetórias de vida, as conjunturas políticas e os países envolvidos. Rollemberg, contribuindo para este debate, afirma que

há depoimentos, por exemplo, que definem o início do exílio antes mesmo da partida, identificando-o à clandestinidade no país. Mas há outros que nem consideram um primeiro período no exterior, passado em um ou até mesmo mais países, como exílio, pois não o vivenciaram como tal (ROLLEMBERG, 1999, p. 89).

No caso de Brizola – e não só do político – é, no mínimo, complicado tentar estabelecer uma data, mesmo que aproximada, para sua real chegada ao exílio – fato que pode ou não coincidir com a sua chegada ao Uruguai. O exílio do político teve várias fases e não é possível dimensionar o seu sentimento em relação ao *sentir-se* exilado. Brizola, assim como os demais exilados, acreditou que retornaria ao Brasil com em pouco tempo – e talvez essa crença tenha adiado a percepção da real situação na qual estava envolvido. De acordo com Rollemberg (1999), esse sentimento de brevidade foi comum tanto na geração de 1964 quanto na de 1968 e durou até o golpe no Chile, em setembro de 1973. Poucos, até então, haviam pressentido o início de uma etapa duradoura. Nas palavras da autora, “a queda de Allende no Chile foi um corte, a partir do qual a esquerda exilada redefiniu expectativas em relação ao Brasil e à proposta de revolução. Desde então, o exílio ganhou um novo significado” (ROLLEMBERG, 1999, p. 90). Muitos indivíduos que primeiramente buscaram asilo no Uruguai acabaram indo para o Chile com a vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais daquele país. Quando a ditadura se instalou em território chileno e os brasileiros precisaram buscar outro local de asilo ocorreu o que alguns autores denominaram de terceira onda ou geração de exilados brasileiros (ROLLEMBERG, 1999). A diferença é que esses indivíduos já estavam exilados do seu país de origem e tiveram de se exilar do seu país de acolha. Não que as ditaduras uruguaia e argentina não tivessem feito muitos brasileiros procurarem outros destinos, mas a ditadura de Pinochet foi extremamente repressora em relação aos indivíduos brasileiros – e não só a eles – que estavam envolvidos com a política e a sociedade chilena.

Com o recrudescimento dos regimes autoritários, os países latino-americanos acabaram por promover uma espécie de “integração”, sugerida pela chilena *Dirección de*

Inteligencia Nacional (DINA). Em fins de 1975, tomaria forma a Operação Condor⁷, que apanharia centenas de perseguidos políticos tendo no Chile, na Argentina e no Uruguai a concentração do maior número de vítimas. A explicação para a não tão significativa participação brasileira pode estar contida nos argumentos de Gissele Cassol:

Em 1976, quando a coordenação repressiva estoura com força, o Brasil está rumando ao fim da ditadura, dando início ao processo de abertura. [...] não era mais conveniente participar ativamente de ações de grande envergadura; colaborar, cooperar, exportar *know-how* repressivo parecia mais prudente. Portanto, pode-se afirmar que houve um *descompasso temporal* entre o Brasil e a Operação Condor. Esta chegou com mais de uma década de atraso. (CASSOL, 2009, p. 3). Grifos do autor.

Entretanto, não é possível dizer que o Brasil não contou com a ajuda de outros países no período anterior à Operação Condor. A ditadura brasileira estabeleceu uma conexão repressiva com o Uruguai democrático, por exemplo, já a partir do golpe de Estado com a finalidade de controlar os exilados que lá se encontravam. Assim, desde o início do regime de exceção, o Brasil pressionava o Uruguai para cooperar, participando de um esquema de trocas de informações sobre os exilados, ainda mais que a fronteira entre os dois países era constantemente atravessada pelos “pombos-correios” – brasileiros que levavam informações para os exilados. Percebemos, dessa forma, a preocupação do governo brasileiro com o seu “inimigo interno” localizado no país vizinho (FERNANDES, 2007).

Quando analisamos comparativamente a atuação das ditaduras do Cone sul, um dos dados em destaque é a eficiência do regime brasileiro em monitorar os movimentos contrários a ela. Isso se revela, por exemplo

num quadro comparativo de mortos e desaparecidos sensivelmente menor no Brasil, frente a casos como o da Argentina e do Chile. Em parte isso foi resultado da repressão prévia, consistente e quase totalitária a que chegamos naquelas difíceis décadas (PENNA FILHO, 2008, p. 80).

Para tanto, foi montado um amplo sistema de informações com o objetivo de combater os diversos grupos políticos que surgiram no país, utilizando instrumentos de inteligência para o monitoramento e antecipação das ações de esquerda. Os tentáculos desse sistema não se restringiam às fronteiras nacionais, contando com a colaboração de importantes autoridades

⁷ Pacto clandestino internacional de cooperação repressiva entre os serviços de inteligência, polícias políticas e comandos militares das Forças Armadas do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, no intuito de

civis e instituições estrangeiras que compartilhavam do ideário autoritário característico daquele contexto histórico (PENNA FILHO, 2008). Nessa conjuntura, a embaixada brasileira em Montevidéu foi uma plataforma de observação e atuação importante contra os exilados e os setores democráticos do Uruguai que tentaram denunciar e resistir às pressões brasileiras. O diplomata brasileiro Pio Correa, criador do Centro de Informação do Exterior (CIEX)⁸, serviço secreto do Itamaraty de vital protagonismo na vigilância, espionagem e perseguição da comunidade brasileira exilada no Uruguai, Chile, Portugal e França, foi a figura central nesse processo contra os exilados (PADRÓS, 2013, 127). O CIEX possuía uma sofisticada e eficiente rede de espionagem impossível de ser montada sem a atuação conjunta com agências semelhantes nos países onde operava. Havia também a infiltração de agentes entre os grupos de exilados, violação de correspondências, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas dentre outras tantas atividades.

Além do aparato brasileiro, a CIA também monitorava os exilados, como podemos perceber ao analisarmos a chegada de Brizola ao Uruguai. Tanto o governo Brasileiro quanto a base da CIA em Montevidéu e no Rio de Janeiro avaliaram-na como um acontecimento favorável, uma vez que o exílio facilitava o monitoramento do político, assim como todos os exilados, mas principalmente sobre Brizola, considerado o líder da extrema-esquerda do governo de Goulart. Desde o golpe, a CIA apertava o cerco em torno daqueles que procuraram asilo uruguaio, conforme podemos verificar no relatório de Philip Agee:

Montevidéu, 18 de abril de 1964 – Holman acaba de voltar de uma conferência com chefes de base e trouxe a convicção de que devemos dedicar mais atenção aos exilados brasileiros. A decisão, tomada aparentemente pelo presidente Johnson, foi de que devemos fazer todos os esforços a fim de não apenas evitar um contragolpe e movimentos de revolta em um futuro próximo no Brasil, mas também para fomentar suas forças de segurança tão rápida e eficientemente quanto seja possível. Não se deve permitir, nunca mais, que o Brasil se incline para a esquerda, pois aí comunistas e outros constituem uma ameaça de domínio ou de, pelo menos, tornarem-se muito influentes.

Aqui em Montevidéu, essa política significa que teremos de prestar toda a assistência à base do Rio, aumentar a coleta de informações sobre os exilados. Isso terá de ser realizado por enquanto por intermédio de investigações policiais, e estará dentro das minhas responsabilidades [...]

organizar a colaboração anti-subversiva nos países do Cone sul (REIS, 2012, p. 40).

⁸ O CIEX foi uma agência especializada para atuação no plano externo criada pelo regime militar. Tinha por objetivo acompanhar as atividades dos brasileiros considerados subversivos pela ditadura e que, apesar do exílio, “continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidos no Brasil” (PIO PENNA, 2008, p. 83).

Para começar instruí Otero para colocar seus homens nas residências de Goulart e de três dos quatro mais importantes exilados – segundo o critério da base do Rio –, e esses funcionários farão apontamentos diários sobre o movimento de visitantes, enquanto ocuparão postos de pessoal de segurança para exilados. Então enviaremos os dados mais relevantes dos relatórios para a base do Rio, por telegrama, junto com as informações de novas chegadas, e depois seguirão, pela mala diplomática, cópias dos relatórios na íntegra (AGEE, 1976, p. 369-371).

A CIA, dessa forma, era portadora de informações privilegiadas sobre os exilados brasileiro. E como nos mostra Agge, no relatório de 24 de abril, o plano da CIA não se resumia a somente coletar informações conforme descrito acima, era também infiltrar agentes na comunidade de exilados:

Holman passou para O’Grady toda a responsabilidade dos problemas concernentes ao Brasil, e a base do Rio vai colaborar mandando para cá um de seus agentes como adido militar da embaixada do Brasil. Trata-se de um coronel do Exército, que deve chegar a qualquer momento. O’Grady irá esperá-lo e o acompanhará, prestando-lhe assistência no desenvolvimento de operações para infiltração na comunidade de exilados (AGEE, 1976, p. 371).

A colônia brasileira na época usava o Uruguai como uma base territorial para pensar, estruturar, discutir politicamente os problemas concernentes ao Brasil. Brizola, de índole arrebatadora, mas que aos poucos se moldava aos reveses daquela época de incertezas, logo ganhou uma ascendência sobre os demais exilados, inclusive Jango. Desde sua chegada o político mostrava disposição para lutar contra o governo que havia sido imposto ao seu país e contra os interesses norte-americanos que, como o político deixou claro diversas vezes, empenhavam-se em acabar com o governo de Jango para que as reformas de base não se concretizassem. O exílio foi também, para muitos indivíduos, um espaço de luta conta a ditadura.

Considerações finais

O exílio, conforme apresentamos, pode ser considerado como um mecanismo de exclusão política na medida em que afastou do cenário político brasileiro aqueles indivíduos que poderiam, de alguma forma, lutar contra a ditadura que se instalou a partir de abril de 1964.

Com o passar do tempo e com o aumento da estrutura repressiva e da perseguição aos opositores, o caráter do exílio se transformou no Brasil. A partir de 1968, o exílio passou a ser uma ameaça para aqueles que desafiavam o regime, independente da posição política e social. Dessa forma, podemos entender o exílio logo após o golpe como uma tentativa real dos militares brasileiros de exclusão política direcionada a membros de oposição vindos das elites sociais e do governo deposto em 1964.

É preciso compreender também que o exílio levou diversas dificuldades àqueles que abandonaram o país. Complementando o que já foi exposto no decorrer do texto, não foi apenas o choque cultural ou a sensação de perda de raízes que os exilados tiveram de enfrentar, mas principalmente a perda do *status* econômico que estes indivíduos tinham no Brasil. Mesmo fazendo do exílio um espaço de denúncia e luta contra a ditadura, os asilados encontraram muitas adversidades, principalmente as emocionais. Para algumas pessoas, o exílio foi “um drama insuportável, que levou, no limite, à loucura ou até mesmo ao suicídio, evidenciando o quão dilacerante a dor do exílio pode ser. Entre os extremos, as vivências foram inúmeras” (ROLLEMBERG, 1999, p. 133). A primeira etapa do exílio, conforme apontam os autores Maren e Marcelo Viñar, é a mais difícil – a depressão, a melancolia constituem um dos níveis elementares do vivido: esta nostalgia, tristeza doce ou dolorosa, confere ao tempo vivido um caráter descontínuo: “*hay un antes y / o un después imaginario que ocupa un lugar privilegiado y que funciona como una orden contradictoria: adáptate a esto donde estás, trabaja, crea, aprende, pero no hasta el punto de no querer regresar a lo tuyo*” (VIÑAR, 1993, p. 88). A volta ao país de origem sempre esteve nos planos dos exilados e a espera constituía-se numa espécie de dor e esperança para esses indivíduos.

O exílio é ainda pouco estudado na historiografia brasileira. Há muito ainda que se questionar sobre as circunstâncias em que um indivíduo teve que sair do país, aprofundar temas como as dificuldades encontradas pelos exilados e as redes de sociabilidade formadas, assim como os sofrimentos causados pelo fato de exilar-se. Dessa forma, esperamos ter contribuído um pouco com a questão, levantando algumas hipóteses que podem ser discutidas e aprofundadas sobre o exílio de indivíduos que sofreram com este mecanismo de exclusão utilizado pelas ditaduras militares latino-americanas durante as décadas de 1960 e 1970.

Referências

- AGGE, Philip. **Dentro da “Companhia”:** diários da CIA. São Paulo, Civilização Brasileira, 1976.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASSOL, Gissele. Uruguai “verde-amarelo”: brasileiros presos em terra estrangeira. In: **Revista Estudos Históricos - CDHRP.** N° 1, mayo 2009.
- FERNANDES, Ananda Simões. Presença e influência da ditadura brasileira no Uruguai (1964-1974): as conexões repressivas. In: **ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História,** São Leopoldo, 2007.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. In: **Revista Brasileira de História.** Vol. 24, n° 47, São Paulo, 2004.
- JENSEN, Silvina. Exílio e historia reciente. Avances y perspectivas de un campo en construcción. **Aletheia,** Argentina, v. 1, n. 2, p. 1-21, mayo de 2011.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1973).** Cuiabá, 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. (Instituto de Ciências Humanas e Sociais).
- PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai: (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar.** Porto Alegre, 2005. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Programa de Pós-Graduação em História).
- PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): o elo perdido da repressão. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul/dez de 2008.
- REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre.** Porto Alegre, 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Programa de Pós-Graduação em História).
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Entre raízes e radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs). **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. (1964...).** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VIÑAR, Maren y Marcelo. La experiencia del exilio. In: **Fracturas de memoria: crônicas para una memoria por venir**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.